



escola de **gestores**
da educação **básica**

**Gestão Democrática:
O Papel do Gestor na Administração Escolar Democrática**

**Belo horizonte
2011**

MARIA EMÍLIA QUADROS SANTOS

**Gestão Democrática:
O Papel do Gestor na Administração Escolar Democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

Belo horizonte

2011

MARIA EMÍLIA QUADROS SANTOS

**Gestão Democrática:
O Papel do Gestor na Administração Escolar Democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a democracia, a gestão participativa na escola pública, a cidadania e a autonomia, bem como os desafios e possibilidades para a construção de uma escola democrática, com ênfase no papel do gestor escolar. Os resultados apontam que para a efetivação da democracia escolar necessitaremos criar órgãos de gestão que garantam a representatividade, a continuidade e a legitimidade da participação popular. Dentre esses destacamos o Conselho Escolar ou Colegiado, Eleições de Dirigentes Escolares, Conferência da Educação, Orçamento Participativo, elaboração do Projeto Político Pedagógico. Tais instrumentos podem ampliar a participação e a qualidade da gestão escolar. O trabalho está estruturado de forma simples e objetiva, com uma linguagem clara e de fácil acesso que possibilite um conhecimento sobre o que é gestão democrática; em quais pilares esta deve estar estruturada; qual é o papel do gestor escolar na dinâmica educacional e importância do gestor no futuro de cada aluno.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Gestor Escolar; escola democrática.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
52	DESENVOLVIMENTO	6
2.1	O Gestor Escolar e o seu papel na administração	6
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11
5	ANEXO	12

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo ressaltar o papel do gestor escolar na introdução e no exercício da gestão democrática; analisar as dificuldades e desafios do cotidiano; definir gestão democrática e salientar os instrumentos necessários para a realização dessa gestão.

O trabalho está estruturado de forma simples e objetiva, com uma linguagem clara e de fácil acesso que possibilite um conhecimento sobre o que é gestão democrática; em quais pilares esta deve estar estruturada; qual é o papel do gestor escolar na dinâmica educacional e a importância do gestor no futuro de cada aluno.

Ainda que existam diversas concepções sobre a relação educação/sociedade, educação/atividade econômica, educação/formação do cidadão todas elas concordam em alguns aspectos básicos em relação à essência humana que é o que dá sentido a escolar: a formação humana no mais amplo aspecto, pessoal e profissional.

Uma boa ou má gestão da educação exercerá uma influência relevante sobre a possibilidade de acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade, pois a organização da escola e sua gestão revelam seu caráter excludente ou includente. (FERREIRA, 2009, p. 296)

A passagem pela escola e o desempenho do aluno influencia diretamente no acesso as oportunidades sociais na vida em sociedade, ou seja, a formação que a escola propicia e administra aos seus alunos refletirá diretamente no futuro deste indivíduo seja para o êxito ou para o fracasso. É importante ressaltar que a escola está inserida na sociedade global que vem sofrendo drásticas mudanças nas relações pessoais e de trabalho e em meio a esse caos social a escola precisa se adaptar, buscar novos conhecimentos, formas de organização e de gestão da educação redefinindo o valor da administração escolar.

Sabemos que a escola não está desvinculada, ela é integrada a uma política educacional que lhe dá o rumo. A gestão concretiza todas as diretrizes que emanam da política educacional, que ao estabelecer a direção define o tipo de homem e de mulher que devem ser formados. No entanto a gestão educacional não só coloca em prática, mas também interpreta e torna possíveis as políticas públicas, no jogo complicado das relações econômicas.

Assim, com base no exposto, este trabalho vem mostrar a importância da elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) na estruturação do conceito e da prática de gerenciar a instituição escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Gestor Escolar e o seu papel na administração

No processo histórico de organização e reorganização da sociedade brasileira, a relação de poder sempre esteve muito presente na democratização da educação, seja para o avanço ou retrocesso. Atualmente temos de herança certas concepções que vieram de períodos históricos remotos, mas que deixaram vestígios até hoje; são eles: o período colonial, o regime escravocrata, o populismo e a ditadura. As concepções de redefinição de poder, democratização da educação e o respeito à cidadania travam lutas diárias com as concepções de autoritarismo que ainda estão enraizadas.

Saviani nos alerta sobre certas concepções que alguns gestores ainda tem enraizadas, dizendo que,

Os gestores ao organizar e dar forma à escola devem estar atentos ao enfoque principal da aprendizagem, de tal modo que aquilo que favorece o alcance das metas deve ser incentivado e promovido, e o que entra em conflito, evitado. Quando um diretor acha que a principal função da escola é "que as crianças interajam" ou um orientador educacional fala que para ele "não importa se a criança está aprendendo porque isso deve ser uma preocupação dos professores", por exemplo, o sentido principal do trabalho pedagógico e da própria existência da equipe de gestão já se perdeu e as dificuldades vão aparecer. (SAVIANI, 2009, p 2)

Um dos resquícios de concepções arcaicas que ainda existe e muitos ainda não se dão conta é a forma autoritária que em muitas escolas é escolhido e introduzido o gestor escolar.

Na Escola Municipal Corina Ferraz de Brito por exemplo a escolha dos dirigentes escolares não é feita através de eleição da comunidade escolar ou concurso público é feita por indicação da Secretaria Municipal de Educação, o que muitas vezes impossibilita ações mais democráticas aos dirigentes escolares.

Segundo a ANPAE (Agência Nacional de Política e Administração da Educação) em pesquisa realizada em 1997, a escolha do dirigente escolar indicado por livre indicação de uma autoridade ainda representava 22,9 %, 31,3 por eleição, 2,1 por concurso público e modalidades mistas somavam 43,7. Realmente ocorreram algumas mudanças nos últimos anos, mas ainda existem muitas escolas em que ainda impera o jogo de interesses políticos. O que compromete a qualidade da educação, pois só é possível atingir o ápice da educação quando se tem como base e alicerce valores básico como: democracia, respeito à cidadania, ética, responsabilidade e amor à educação; princípios que estão pautados em uma gestão democrática.

Na atual gestão educacional brasileira existem ainda muitos gestores que não tem nenhuma autonomia, o que torna a realização do seu trabalho muito difícil. Com toda a certeza houve um grande avanço em termos de gestão escolar, no entanto ainda existem muitas escolas em que o gestor escolar não tem autonomia de comprar um lápis, pois é a Secretaria de Educação quem define basicamente tudo.

Segundo Sousa (2005), para a democratização da gestão de ensino, é fundamental que se organizem instrumentos como:

- Conferência da Educação, que seria formada por uma comissão que reuniria toda a população para debater, estudar, planejar, decidir, avaliar as ações principais referentes à educação;
- Conselho Municipal da Educação que seria uma instituição democrática com representantes diretamente eleitos nos diversos segmentos da cidade que se reuniriam para estudar, acompanhar e avaliar as questões educacionais de forma cotidiana;
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB que seria um Conselho que tem como tarefa o acompanhamento dos recursos recebidos pelos Municípios e rede estadual provenientes do FUNDEB;
- Orçamento Participativo define que uma parte do dinheiro seria utilizada para a manutenção da escola e outra parte para novos investimentos que deveria ter a aprovação de toda a comunidade, assim o Orçamento Participativo seria uma alternativa muito importante para que uma vez ao ano reunisse as pessoas da cidade para discutir no que deveria ser aplicar aqueles recursos de investimentos;
- Eleições de Dirigentes Escolares que seria a escolha do gestor escolar através de eleição direta pela comunidade escolar.

Sobre a escolha dos dirigentes escolares Sousa (2005) nos esclarece que,

A democratização da educação pública também exige que tomemos uma posição muito clara quanto ao processo de escolha dos dirigentes escolares. A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade. (SOUSA, 2005, p. 2)

A eleição de dirigentes escolares é a porta de entrada para a gestão democrática, mas só a eleição não garantirá uma gestão democrática, é preciso que a instituição escolar esteja integrada e consciente dos princípios da gestão democrática.

Para entender melhor o que é gestão democrática é interessante buscar na etimologia da palavra o seu real significado, democracia que vem do grego “demos” que significa povo e kratos que significa poder, ou seja, o reconhecimento do poder do povo na comunidade e o direito de participação e decisão dos assuntos da sociedade. Gestão vem do verbo latim gero, gessi, gestum que significa carregar, executar, exercer e gerar, ou seja, é gerar um novo modo de administrar. O que define gestão democrática como a forma de exercer uma administração com a participação de todos.

Sendo a gestão democrática uma administração com a participação de todos é necessário que o gestor saia da postura autoritária, que por muito tempo imperou como condição do cargo e passe a trabalhar em regime de cooperação.

A gestão democrática tem por base três princípios: descentralização, participação e transparência. A descentralização redefine a administração que deixa de ser hierárquica e amplia o poder de decisões para a comunidade escolar; a participação deve ser de todos os envolvidos com escola: professores, alunos, pais, funcionários e a comunidade escolar; a transparência é imprescindível, todas as decisões devem ser do conhecimento de todos. Quando a escola esta norteada por estes princípios, realiza eleição direta de diretores, elabora e aplica o PPP (Projeto Político Pedagógico) e tem um conselho escolar; realmente esta escola está em fase de democratização escolar. No entanto, para efetivamente afirmar que a escola realiza uma gestão democrática é necessário avaliar cada processo.

Segundo Bordignon e Gracindo (2009),

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo. Processo que é mudança contínua e continuada. Mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, que, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (BORDIGNON E GRACINDO, 2009, p. 147)

A forma de educar um individuo mudou ao longo dos anos, e com certeza irá continuar mudando, a medida que a sociedade vai se modificando, a escola e a forma como é administrada precisa se adaptar; o que torna a gestão educacional um processo de mudança continua. E por isso é tão importante o profissional está se capacitando constantemente e conhecer novas perspectivas e conceitos educacionais de forma que possa aplicar e solucionar problemas na comunidade escolar.

A escola está vinculada e integrada a uma política educacional que lhe norteia, a gestão concretiza todas as diretrizes da política educacional, que ao estabelecer a direção define o tipo de homem e de mulher que devem ser formados de acordo com os interesses políticos e econômicos. É interessante ressaltar o papel da gestão escolar, que não só coloca em prática, mas também interpreta e torna possível a política pública, na complexa relação educação/economia. O gestor escolar tem um papel de muita responsabilidade no contexto escolar, muito além de cumprir ordens do governo e simplesmente gerenciar os servidores. O gestor interage com todos os envolvidos no processo educacional desde os alunos passando pelos professores até chegar nos auxiliares de limpeza; respeita todos, reconhece a importância de cada um no processo de aprendizagem e busca tornar o ambiente escolar harmônico de forma a favorecer a qualidade de ensino e a construção da cidadania.

O gestor é uma peça chave na implantação e exercício da gestão democrática, no entanto não constrói nada sozinho, é preciso ser humilde para reconhecer isso, descentralizar a administração e efetivamente implantar a gestão democrática com a participação de toda a comunidade escolar.

A construção da gestão democrática implica em luta pela garantia da autonomia da escola e autonomia do cidadão, sobre autonomia Freire nos esclarece que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 2009, p. 59)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a implantação da gestão democrática esbarra em uma série de empecilhos desde o desconhecimento do que seja realmente uma gestão democrática até a falta de autonomia do gestor escolar.

Sabemos que a escola enfrenta diversos problemas no dia-a-dia, que requer que o gestor faça uma análise crítica e observe o que está dando certo e o que não está surtindo efeito. Freire nos esclarece que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE, 2009, p. 39)

A gestão democrática exige que o gestor faça periodicamente análises críticas da administração escolar, busque novas perspectivas e metodologias que possibilite atingir o ápice da qualidade da educação. Para administrar a escola de forma consciente e responsável o gestor deve estar aberto ao diálogo, receptivo à mudanças e está em processo de aprendizagem contínuo.

O gestor escolar tem um papel importante para tornar a escola um ambiente acolhedor que respeite a autonomia do aluno e possibilite o desenvolvimento humano. A gestão escolar tem que está aberta ao diálogo buscando caminhos para uma educação de qualidade, formando cidadãos participativos, críticos, para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

A democratização da sociedade e, em destaque, a democratização da educação, ocorrerá não apenas pela garantia de acesso à escola, mas também da permanência e do sucesso do educando, que é reflexo da administração escolar. Formar alunos críticos que têm autonomia para dizer o que pensam e de construir a sua história de forma ética e responsável é o objetivo da escola democrática .

E com base em Dalberio (2008), conclui-se que quando todos tiverem escola de qualidade, que possibilite aprende a ler, a escrever, a somar, a diminuir, a multiplicar, a dividir, a pensar e a refletir sobre a realidade do cotidiano, não haverá mais desrespeito a autonomia de dirigentes e alunos, mas sim cidadãos libertados que assumem o protagonismo de sua vida.

O gestor escolar tem um papel fundamental na formação do aluno em cidadão ético e responsável, a forma como administra a gestão escolar refletirá diretamente no futuro de cada aluno.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhais. **Gestão da educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 6.ed.São Paulo: Cortez, 2009, p.147.

DALBERIO, M. C. **Gestão democrática e participação.** disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/escoladegestores>. Acesso em 1 de 12 de 2010.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 7.ed.São Paulo: Cortez. 2009, p. 296.

FREIRE, Paulo.**Pedagogia da autonomia.**40.ed.São Paulo: Paz e Terra. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **PDE só acontece com colaboração de gestores.** 2009. disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/pde-esta-cada-escola-500794.shtml>. Acesso em 1 de 12 de 2010,

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Planejamento e trabalho coletivo.** disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/escoladegestores>. Acesso em 1 de 12 de 2010

5. ANEXO

ESCOLA MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Caminhos Possíveis para uma Gestão Democrática

**CLAÚDIA OTONI REIS DE PAULA
CLEUDIA ALMEIDA PORTO SILVA
IRAMILDE PEREIRA FREIRE
MARIA EMÍLIA QUADROS SANTOS
NÚBIA LIMA DE MORAIS MEDINA**

Belo Horizonte, 2010

ESCOLA MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Caminhos Possíveis para uma Gestão Democrática

Trabalho apresentado à Disciplina do Projeto Vivencial do curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil.

Belo Horizonte, 2010

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	O Contexto da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito	5
1.1.1	Dados de Identificação da Escola.....	5
1.1.2	Quadro de Funcionários	6
1.1.3	Histórico da Escola	6
1.2	Função Social da Escola	7
2	FINALIDADES DA ESCOLA	8
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3.1	Estrutura organizacional administrativa	9
3.2	Estrutura organizacional pedagógica	10
3.2.1	Gestão	10
3.2.2	Serviço Pedagógico	10
3.2.3	Corpo Docente	10
3.2.4	Unidade de Apoio – Secretaria	11
3.2.5	Biblioteca	11
3.2.6	Serviço de Manutenção e Limpeza	11
3.2.7	Laboratório de Informática	12
3.2.8	Caixa Escolar	12
3.2.9	Conselho Escolar	12
4	CURRÍCULO	13
5	TEMPO ESCOLAR	15
6	PROCESSO DE DECISÃO	17
7	RELAÇÕES DE TRABALHO	18
7.1	Responsabilidade da Escola.....	18
7.2	Responsabilidade do Diretor.....	18
7.3	Responsabilidade do Vice-Diretor.....	19
7.4	Responsabilidade do Supervisor Escolar.....	19
7.5	Responsabilidade do Orientador Escolar.....	19
7.6	Papel e Responsabilidade do Professor.....	20
7.7	Responsabilidade dos Pais e Responsáveis.....	21
7.8	Responsabilidade dos Alunos.....	21
7.9	Responsabilidade dos Líderes de Turma.....	21
7.10	Responsabilidade do Conselho de Classe	22
8	AVALIAÇÃO	22
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
	ANEXOS	27

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação atualmente se encontra revestida de muitos questionamentos quanto a sua finalidade e papel na sociedade globalizada e competitiva, por isso constantemente temos informações da mídia sobre pontos positivos e negativos dentro do processo de ensino e o sucesso da aprendizagem.

Vivemos um momento histórico que nos pede uma redefinição de paradigmas educacionais, objetivando aos interesses da democratização social. Ou seja, as ações educativas que deverão ser propostas no Projeto Político-Pedagógico devem valorizar as diferenças e especificidades e ao mesmo tempo, valores universalmente compartilhados.

É uma política que propõe uma construção democrática da escola. Pode-se afirmar que os problemas sociais conseguem ser superados quando todas as pessoas adquirirem o direito de igual participação na busca de soluções para a instauração da justiça social. No entanto, a sociedade atual exige um novo perfil de homem, capaz de inserir-se e intervir nesse contexto.

Este documento tem como finalidade explicitar a proposta político-pedagógica da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, expressando sua identidade, onde estão presentes seus objetivos e desejo de mudança, para uma vida justa e digna socialmente.

Constitui-se de um referencial teórico de apoio que revela a função social da escola a partir de sua linha filosófica e pedagógica e de uma análise da realidade escolar com estabelecimento de prioridades, definidas pelo corpo docente e administrativo, que orientará as mudanças que concluímos necessárias.

Este Projeto Político-Pedagógico é considerado, basicamente, um referencial orientador e limitado no tempo e na abrangência de sua significação. Esta proposta político-pedagógica foi reelaborada a partir de encontros para discussões e debates que envolveram o corpo docente, a direção, coordenação pedagógica e orientação educacional da instituição, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº. 9394/96. Pretendemos fundamentar de maneira clara e objetiva a metodologia a qual a instituição segue tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio onde convive. Todos estes objetivos visam melhorar a qualidade de ensino e permitem o exercício ativo da cidadania.

O Projeto Político pedagógico está embasado na busca e na construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, pois sabemos que temos em nossas mãos cidadãos em formação e transformação, cabendo a nós garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças.

O Projeto Político-Pedagógico é uma proposta de trabalho de fundamental importância para se construir a escola democrática e de qualidade que desejamos e que é exigida pela sociedade. Nossa realidade, neste momento, requer uma escola que tenha em sua proposta o retrato das expectativas, interesses, anseios e necessidades de toda a comunidade escolar, alunos, professores, diretores, funcionários e pais – a escola e seu entorno.

Portanto tal documento elaborado e escrito com a participação de toda a comunidade escolar será uma peça à espera da execução criativa dos envolvidos: EDUCADORES e EDUCANDOS.

No propósito de alimentar a sua prática pedagógica, as escolas têm percebido a necessidade de desenvolver reflexões, tanto quanto possível, nos seus diversos segmentos, de modo a reafirmar/rever, através de seus currículos, os princípios político-pedagógicos que dão suporte às iniciativas educativas a serem implementadas.

É nesta visão que surge a importância do Projeto Político-Pedagógico; buscando ideais, descobrindo competências, autoconstrução e constante atualização.

A escola tem orientado suas reformulações respaldadas nas transformações que passa o Ensino Fundamental e na formação de quem pensa versus formação de quem faz. E quando nos propomos a reescrever essa proposta é porque temos em mente a necessidade do futuro, ou seja, o que queremos construir.

Finalmente, é importante ressaltar que este Projeto Político-Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, deve ter um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

1.1 O Contexto da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito

1.1.1 Dados de Identificação da Escola:

Nome da Instituição: Escola Municipal Corina Ferraz de Brito

Rua: Dr. Sabino da Silva S/N

Bairro: Santo Antônio

CEP: 39900-000

Telefone: (33) 3721-1863

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Almenara

Órgão responsável pela fiscalização: Secretaria Municipal de Educação

Data da Criação da Escola: 18 de setembro de 1997

Autorização de Funcionamento: Portaria 469/98

Reconhecimento: Parecer SEE N° 169/98

Turnos de Funcionamento: Matutino e Vespertino

1.1.2 Quadro de Funcionários:

N° de funcionários	Cargo	Situação Funcional
01	Diretor	Efetivo
03	Diretor adjunto	Efetivo
04	Especialistas (Orientador, Supervisor)	Efetivo
35	Professor	29 Efetivos/06 Contratados
02	Auxiliar Administrativo	01 Efetivo/01 Contratado
01	Secretária	Efetivo
02	Auxiliar de Biblioteca	Efetivo
02	Inspetor de alunos	Efetivo
10	Auxiliar de Serviços gerais	09 Efetivos/01 Contratado

1.1.3 Histórico da Escola

Em 18 de setembro de 1997, no governo do Prefeito Chae Chequer Filho, tendo como Secretária Municipal de Educação, a Pedagoga e Professora Eliane de Menezes Teixeira Alves, foi criada a Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, destinada ao Ensino Fundamental – 1º ano do ciclo básico ao 3º ano do ciclo avançado, mas através da Portaria N° 469/98 nos termos da Resolução SEE N° 7376, publicada aos 25 de abril de 1995 e Parecer N° 169, publicada aos 14 de fevereiro de 1998, foi autorizado o funcionamento da Escola Corina Ferraz de Brito, de Ensino Fundamental em regime de seriação (1ª a 8ª séries). Recebeu o nome de antiga moradora da cidade, Dona Corina Ferraz de Brito e como primeira Diretora foi nomeada a senhora Hélia Torres Teixeira, que teve sua gestão até o final do ano de 2000.

A escola passou a funcionar nas instalações do prédio então construído para funcionar o CAIC (Centro de Atendimento Integral à Criança). Instalações com uma estrutura física ampla, arejada, equipada com cozinha industrial, câmara frigorífica, consultório odontológico infantil, sala laboratório de ciências, oficina de marcenaria, anfiteatro, biblioteca, espaço suficiente para abrigar a Escola que se iniciava a Escola Tinah Ripalta de Menezes, além da Secretaria Municipal de Educação.

No mandato do Senhor Prefeito Dr. Manoel Francisco da Silva, a escola teve como Diretoras nomeadas as senhoras Ana Maria Toledo Coelho, de 2001 a 2002 e Sildy D'Angelis Chaves, de 2003 a 2004.

No governo do Senhor Prefeito Dr. Carlos Luiz de Novaes, a escola teve como Diretoras a Sra. Maria Amélia Guimarães em 2005 e para sua sucessora foi nomeada em 2006 a Sra. Zenaide Fonseca Barbosa que permaneceu o final do ano de 2008. Em 2009 foi nomeado o Sr. Nicácio Almeida Xavier que direcionou a escola até o mês de agosto, sendo sua sucessora a Sra. Karla Morgana Oliveira Lisboa até o final do mesmo ano. Em fevereiro de 2010, a Prefeita Municipal Interina, Fabiane Ferraz Gil Figueiredo, nomeou a Sra. Cleudia Almeida Porto Silva como Gestora da referida escola, onde a mesma permanece atualmente.

1.2 Função Social da Escola

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, tem como fundamento a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

Direção e professores buscam harmonia e equilíbrio nas decisões, de modo a favorecer a construção de uma relação democrática, plural e transformadora, que inclua o diferente e supere as marcas sociais do preconceito e individualismo que historicamente imperam nas instituições educacionais.

O grande desafio da escola, é fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme Libâneo (2005):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos. LIBÂNEO (2005, p.117)

A instituição atende a uma demanda considerada satisfatória para os padrões do ensino público, nas formas de qualidade e gratuidade. Tem por objetivo desenvolver um trabalho humanista, visando um ensino de qualidade formando cidadãos críticos, participativos e pesquisadores, que valorizem o respeito à disciplina, a solidariedade, a dignidade entre funcionários, alunos e comunidade.

2. FINALIDADES

Uma instituição de ensino é o reflexo das marcas sociais e culturais produzidas socialmente. Nesse sentido a Escola Municipal Corina Ferraz de Brito encontra-se na busca da construção de sua identidade, dando prioridade à sua missão social, seus princípios e valores e, sobretudo, em ofertar um ensino que propicie a formação integral de seus alunos.

A Escola tem como finalidade oferecer um ensino voltado para a formação do aluno que seja capaz de estabelecer atitude questionadora, crítica e equilibrada no exercício da cidadania, cultivando o conhecimento, como fonte central de mudanças, principalmente de humanização, sem perder de vista a perspectiva ética.

Repensar o processo de ensino-aprendizagem voltado para as necessidades e expectativas das novas demandas de uma sociedade globalizada é analisar e redimensionar sempre a função e o papel da escola neste processo de ensino, de forma que possa oferecer a possibilidade de compreensão e inserção dos seus educandos nesta sociedade.

A escola propiciará a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico. Portanto, o aluno egresso da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, será capaz de refletir sobre seus conhecimentos científicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática.

À escola cabe a reestruturação de uma nova política educacional que viabilize a construção de projetos pedagógicos favoráveis a este novo cenário mundial, promovendo a democratização, o desenvolvimento de competências e habilidades para permitir o acesso de todos nesta sociedade, ou seja, ter como objetivo maior a integração de todas as dimensões humanas, uma vez que ela como instituição social é responsável pela formação integral de seus alunos.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional é a forma como a escola se articula para desenvolver as suas atividades. A gestão administrativa e pedagógica tem como atores a Gestora, as vice-gestoras e supervisoras pedagógicas que orientam a ação educativa e acompanham o processo de ensino junto aos seus professores, orientadores e demais funcionários, cumprindo assim a missão educativa da escola. A Estrutura Organizacional da E. M. Corina Ferraz de Brito se divide em dois tópicos básicos: Administrativa e Pedagógica.

3.1 – Estrutura Organizacional Administrativa

A estrutura administrativa é responsável pela realização, alocação e gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros da escola, abrangendo todos os elementos de natureza física, tais como o estado de manutenção do prédio e das instalações e equipamentos; os materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências e espaços livres, limpeza, ventilação e iluminação. A organização administrativa da E. M. Corina Ferraz de Brito é constituída pela Gestora, vice-gestora, colegiado escolar e secretários. Sendo o Colegiado Escolar parte importante nesta organização porque ajuda a administrar o patrimônio da escola e os recursos que a mesma recebe provenientes do FNDE (único recurso financeiro que a escola recebe diretamente).

A estrutura física da escola é composta por:

- 13 salas de aula
- 08 banheiros
- 01 secretaria
- 01 sala de informática
- 01 sala de direção
- 01 sala de supervisão
- 01 sala de professores
- 01 sala de orientação
- 01 auditório
- 01 biblioteca
- 01 quadra de esportes coberta com 02 banheiros
- 01 cantina

- 01 depósito para merenda
- 01 depósito para material didático

A gestão é comprometida com o trabalho escolar, tem bom relacionamento e desenvolver um trabalho em conjunto com os demais funcionários da escola para que haja um ensino de qualidade e bom andamento das atividades escolares.

3.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura Pedagógica é responsável por determinar a ação das estruturas administrativas, organizando as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades. Sendo a equipe pedagógica composta pelo gestor e supervisor pedagógico responsável pela interação política, pelas questões de ensino aprendizagem e currículo.

A equipe pedagógica, juntamente com os professores, faz o planejamento anual que a cada bimestre é reestruturado e/ou re-planejado de acordo a necessidade. As aulas são desenvolvidas priorizando a necessidade do aluno e com aulas de reforço para viabilizar o ensino/aprendizagem daqueles que não atingem a média bimestral. O processo de recuperação é bimestral e também final somente no último bimestre, sendo todo esse trabalho acompanhado pela supervisão pedagógica.

A estrutura administrativa e pedagógica da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito está organizada da seguinte forma:

3.2.1 – Gestão:

O gestor geral coordena todas as atividades da E. M. Corina Ferraz de Brito, estabelecendo medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para a organização e funcionamento da escola.

Tem a função de assegurar à aplicação dos objetivos para que o trabalho essencial da instituição seja realizado; exerce o controle de operação, planejamento e apoio.

3.2.2 – Serviço Pedagógico:

É responsável por administrar o que diz respeito à pedagogia, que em essência é teoria e ciência da Educação e do Ensino.

Tem a função de assegurar a integração entre os diversos serviços acompanhando e verificando a operacionalização da proposta pedagógica e a aplicação de atividades adequadas.

3.2.3 – Corpo Docente:

O corpo docente desta escola é formado por professores efetivos e designados, sendo praticamente 90% concursados e apenas 10% contratados.

A maioria dos professores possui curso de graduação na área específica que estão atuando e outros estão em curso.

3.2.4 – Unidade de apoio – Secretaria

A secretaria – tesouraria é o órgão que tem a seu cargo todo o serviço de escrituração escolar e financeira, organização da vida funcional do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Tem como objetivo prontificar e expedir instrumentos necessários a caracterização da vida escolar dos discentes, bem como, atendê-los prestando um serviço de qualidade e garantindo ao usuário todas as facilidades para utilizá-lo.

3.2.5 – Biblioteca

Tem como objetivo assegurar, dentro do processo de educação, recursos para a investigação histórica, geográfica e científica para a determinação da postura de época ou o esclarecimento quanto a fatos ou para o enriquecimento cultural dos integrantes da instituição.

3.2.6 – Serviço de Manutenção e Limpeza

Seu objetivo é assegurar o ambiente físico saudável para a prática das atividades próprias da instituição.

3.2.7 – Laboratório de Informática

Tem como objetivo assegurar o uso da informática para o desenvolvimento de uma aprendizagem eficaz.

3.2.8 – Caixa Escolar

É uma associação jurídica onde a escola recebe recursos financeiros, sendo estes aprovados pelo Conselho Escolar quando forem utilizados.

3.2.9 – Conselho Escolar

É o órgão representativo da comunidade escolar com funções deliberativas e consultivas no que refere à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

É composto por 12 membros que representam as categorias dos profissionais em exercício na escola e a comunidade atendida pela escola.

O Conselho Escolar juntamente com o Inspetor Escolar e Gestor são responsáveis pela elaboração e aprovação do Calendário Escolar, do Plano Curricular, Regimento Escolar. Ele participa também de várias decisões na área administrativa como zelo pelo patrimônio da escola e sugestões de como utilizar as verbas requeridas pela escola provenientes do FNDE, bem como aprovação da prestação de contas.

4. CURRÍCULO

A dinâmica curricular do Ensino Fundamental se constituirá da formação discente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, portanto, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sócio-cultural necessários à reflexão crítica sobre a realidade e a sociedade.

A escola tem como eixos básicos a relação teoria e prática na integração do saber e do fazer, em que o exercício de interpretações múltiplas e variadas dos fatos, fenômenos e episódios da vida cotidiana se constitui elementos condutores e integradores de outros componentes curriculares.

Visando assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade e a flexibilidade, as estruturas curriculares privilegiam o fazer e o pensar cotidianos, através das atividades integradoras e das práticas pedagógicas desenvolvidas.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, que conforme alteração trazida à LDB, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Arts.5º, I, Art 210, Art. 206, I, § 1º, do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Arts. 26 26ª e 79B na LDB, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito sociocultural às diversidades sociais que compõem a nação brasileira, dando direito de acesso às diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros.

Conforme o parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição Federal o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito garante a igualdade de acesso a todos os alunos aos conteúdos da Base Nacional Comum, de maneira a legitimar seu direito à escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Na parte diversificada, de acordo com as necessidades dos alunos, a escola optou pelo ensino da língua estrangeira moderna (Inglês).

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de Temas Transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

O currículo pleno deste estabelecimento compõe-se de uma Base Nacional Comum e de uma parte diversificada.

A Base Nacional Comum compreende matérias do núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional. As disciplinas do núcleo comum são, no Ensino Fundamental obrigatoriamente, ministradas em todos os anos:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências (iniciação) e Programas de saúde;
- Língua Estrangeira (obrigatória a partir do 6º ano);
- Arte;
- Educação Física;
- Ensino Religioso.

Parte diversificada. Temas Transversais:

- Ética e Cidadania;
- Diversidades Culturais;
- Educação Ambiental;
- Saúde;
- Orientação Sexual;
- Trabalho e Consumo;
- Temas Locais.

A parte diversificada do currículo segue referenciais – Temas Transversais – contidos nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais e será utilizada para contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da Base Nacional Comum.

Dar-se-á especial relevo ao Ensino de Língua Portuguesa e de Matemática por meio de sua inclusão em todos os anos do Ensino Fundamental conforme o caso e de adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e

das linguagens oral e escrita, assegurando também o predomínio de sua carga horária em relação a cada um dos demais conteúdos nas demais disciplinas.

A escola através do Professor e do Especialista Pedagógico fará programação dentro da carga horária prevista, atividades curriculares para os alunos que não optarem pelo Ensino Religioso.

A disciplina de Arte permeará todo o processo educativo, sendo disciplina obrigatória de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de acordo o Plano Curricular.

A Educação Física será ministrada pelo próprio professor em todos os anos, observando-se o mínimo de 02 sessões semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada uma. As aulas de Educação Física serão ministradas por professores habilitados.

Serão incluídos estudos e atividades referentes à Educação Ambiental como conteúdo programático integrado à disciplina Geografia, História e Ciências conforme o plano curricular anual.

Nesta escola desenvolverão projetos, visando a melhoria do ensino-aprendizagem com apoio, supervisão e orientação de especialistas da mesma. Os projetos desenvolvidos acolherão temas comemorativos e do interesse dos alunos, onde poderão ser ministrados dentro de todas as disciplinas enfatizando a abordagem multidisciplinar.

5. TEMPO ESCOLAR

A E. M. Corina Ferraz de Brito oferece o Ensino Fundamental com duração de 09 (nove) anos, organizando-se do 1º ao 9º ano – atendendo nos turnos, matutino e vespertino.

O Calendário Escolar será elaborado pelos profissionais da escola, discutido e aprovado pelo Colegiado Escolar, cabendo ao Inspetor Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previsto, onde deva constar:

I – a data do início e término do ano letivo, com o mínimo de 200 (duzentos) dias bem como o início e do término do ano escolar, considerando os dias destinados ao Planejamento Pedagógico e demais atividades da escola (Conselho de Classe, Reunião Pedagógica, Estudos orientados presenciais, Reunião de pais e professores, Programação cultural e pedagógica - Gincana, Festa Junina, Folclore, Consciência Negra).

II – feriados e recessos.

III – o período regulamentar de férias escolares, especificados os períodos de 30 (trinta) dias consecutivos e 30 (trinta) dias em recesso alternados.

Atendendo à legislação vigente, constam ainda como indicadores fixos no calendário escolar:

- 200 dias letivos;
- 40 semanas letivas (podem ser alteradas conforme resolução vigente);
- 20 minutos de recreio;
- 50 minutos cada módulo aula;
- 4h e 30 minutos a duração de cada turno.

Considera-se dia letivo aquele em que os professores e alunos desenvolvem, juntos, atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas com mais de 50% do total freqüente dos alunos.

O dia escolar é aquele no qual são realizadas atividades pedagógicas ou administrativas “com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, podendo incluir a representação de pais e alunos” (SEE 521/2004).

O corpo administrativo e pedagógico tem a liberdade de convocar reuniões pedagógicas, administrativas, reuniões de pais e conselho de classe, além das estabelecidas no calendário escolar, quando estas forem necessárias.

O tempo de trabalho varia de acordo o cargo e a função. A carga horária do gestor e dos serviços gerais é de 40 horas semanais, do supervisor e orientador é de 30 horas semanais, do professor PII (do 1º ao 5º ano) é de 20 horas semanais e do professor PIII (do 6º ao 9º ano) varia de acordo a quantidade de aulas ministradas.

A formação continuada dos professores acontece através da educação à distância por intermédio da Secretaria Municipal de Educação com instituições como a Superintendência Regional de Ensino e Instituições Superiores.

Quanto à matrícula, a E. M. Corina Ferraz de Brito participará juntamente com a Secretaria Municipal de Educação do levantamento da população em idade escolar e de sua matrícula, divulgando por todos os meios possíveis. A direção divulgará amplamente a data da matrícula, bem como os critérios estabelecidos para a freqüência à escola.

Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter idade de 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

O número de vagas será divulgado em data prévia do início da matrícula, estando, pois assegurado o nº de alunos que já estudam nesta escola.

A renovação far-se-á de acordo a data estabelecida pela escola, até o limite de 2ª semana de dezembro.

A transferência do aluno dar-se-á através de Declaração de Transferência emitida pela secretaria da escola, com validade de 30 (trinta) dias, devidamente assinada pelo Diretor e Secretário(a) autorizado da escola, o histórico escolar será expedido até 30 (trinta) dias após a emissão da Declaração de Transferência

6. PROCESSO DE DECISÃO

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito tem como fundamento a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

Direção, professores e especialistas em educação buscam harmonia e equilíbrio nas decisões, de modo a favorecer a construção de uma relação democrática, plural e transformadora, que inclua o diferente e supere as marcas sociais do preconceito e individualismo que historicamente imperam nas instituições educacionais.

O eixo central do projeto político-pedagógico é ser um instrumento de luta contra a seletividade, a discriminação, a exclusão e o rebaixamento do ensino das camadas populares (SAVIANI, 1983). Neste sentido, construir, executar e avaliar significa preocupar-se com a qualidade da escola, ou seja, uma escola que garanta as condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento do processo pedagógico.

Na Escola Municipal Corina Ferraz de Brito o conselho de classe é realizado ao final de cada bimestre, onde se considera as atitudes, as habilidades do aluno, o domínio das capacidades e a participação nas aulas. Discute-se assuntos relacionados à situação de cada aluno e a busca de soluções. O conselho escolar tem também a função de tomar decisões quanto ao encaminhamento de alunos a especialistas e se necessário ao Conselho Tutelar em caso de infrações. Encaminhar também aos pais em caso de omissão do dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A E. M. Corina Ferraz de Brito busca oferecer um ambiente de trabalho prazeroso, proporcionando solidariedade entre os colegas e maior interação entre os funcionários e alunos. Os conflitos nas relações interpessoais entre criança-criança e criança-adulto, são resolvidos pelo gestor com o auxílio dos Orientadores Educacionais e inspetores de alunos, dialogando, registrando ocorrências e solicitando a presença dos pais ou responsáveis para juntos resolver os problemas que surgem.

Por mais que se busque uma harmonia no ambiente de trabalho, é comum surgir algum desentendimento entre funcionários. Quando ocorre, o gestor tenta resolver, esclarecendo dúvidas e mal entendidos, buscando harmonia e equilíbrio de modo a favorecer a construção de uma relação democrática.

7.1. Responsabilidade da Escola:

- Promover um ensino de qualidade;
- Cumprir o calendário escolar;
- Seguir as normas estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Oferecer aos alunos um ambiente adequado;
- Procurar fazer contato com a família sempre que necessário, em caso de evasão escolar, excesso de faltas, baixo rendimento escolar, problemas de indisciplina, desinteresse, excesso de agressividade e outros.

7.2. Responsabilidade do Diretor:

- Promover na escola, espaços de reflexão, diálogo e busca de soluções;
- Levantar, juntamente com o grupo, principais desafios da escola e traçar metas, tomando decisões e assumindo-as coletivamente;
- Fazer balanços periódicos, juntamente com toda comunidade escolar, sobre a realidade e os vários setores da escola, buscando fazê-la progredir;
- Proporcionar momentos de elaboração de projetos, visando uma maior participação e o engajamento de todos no dia-a-dia da escola;

É direito e dever do diretor exercer uma liderança positiva em todo e qualquer setor da escola, organizando-a e procurando integrar os pais e a comunidade conforme as necessidades e possibilidades da escola.

7.3. Responsabilidade do Vice-Diretor:

O Vice-Diretor da E. M. Corina Ferraz de Brito exerce a função de auxiliar o gestor em todas as atividades do dia-a-dia, pois trabalham em harmonia, apresentado diferencial nas decisões que são atribuídas somente ao diretor, como assinaturas de documentos e outros.

7.4. Responsabilidade do Supervisor escolar:

- Avaliar o desenvolvimento da escola vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade, em nível de escola ou em outros níveis do Sistema Municipal de Ensino.
- Apresentar à direção e à comunidade propostas que visem melhoria da qualidade de ensino e ao alcance das metas estabelecidas no âmbito pedagógico;
- Coordenar o planejamento de ensino e o planejamento de currículo;
- Orientar a utilização de mecanismos e de instrumentos tecnológicos em função do estágio de desenvolvimento do aluno e do ensino;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalhos de ensino;
- Estimular e assessorar a efetivação de mudanças de ensino e executar outras atividades afins;
- Assessorar os professores na implantação do Projeto Político-Pedagógico na escola e nas disciplinas.

7.5. Responsabilidades do Orientador Educacional:

- Planejar e coordenar a implantação do Serviço de Orientação Educacional;

- Cuidar da orientação emocional do educando e do aconselhamento psicopedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando necessário, a outros profissionais;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando, em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Instrumentalizar a coordenação pedagógica e os professores quanto ao perfil da comunidade escolar, com vista à adequação dos interesses e às necessidades do aluno, na definição das propostas curriculares, bem como na execução de outras atividades afins.

7.6. Papel e Responsabilidade do Professor:

- Saber ensinar, agir como educador e orientar o aluno em suas dificuldades e dúvidas;
- Ser mediador do processo ensino e aprendizagem dando oportunidade para o aluno buscar o conhecimento de forma ativa;
- Ser um facilitador da construção da aprendizagem; desenvolver seu trabalho de forma consciente e séria, conforme o Projeto Político-Pedagógico;
- Orientar e estimular as potencialidades do aluno, abrindo novos caminhos para a aprendizagem;
- Despertar nos alunos interesse, espírito crítico e o hábito de investigação;
- Participar dos conselhos de classe, entrega de boletins, reuniões e demais atividades da escola;
- Cumprir com seus deveres, sentindo-se responsável pelo aproveitamento dos alunos.

É dever do professor, exercer uma liderança positiva, organizando a sala de aula, chamando os pais para comparecerem à escola e encaminhando à direção os casos que necessitarem de uma atenção diferenciada.

7.7. Responsabilidades dos Pais e Responsáveis:

- Enviar os filhos à escola;
- Demonstrar interesse pela vida escolar do aluno;
- Participar das atividades propostas, buscar o boletim e conversar com os professores;
- Comparecer à escola sempre que chamado ou convocado;
- Acompanhar os filhos nas tarefas de casa;
- Observar os cadernos e ler os bilhetes de enviados;
- Justificar faltas e enviar atestados de saúde;
- Buscar soluções juntamente com a escola, dando seqüência aos encaminhamentos feitos;
- Em caso de necessidade ressarcir financeiramente os danos materiais.

7.8. Responsabilidades dos alunos:

- Comparecer às aulas;
- Buscar o conhecimento, demonstrando participação, interesse e comprometimento;
- Desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais;
- Cumprir com seus deveres;
- Saber respeitar as normas da escola, os professores, funcionários e demais colegas, em atividades na escola e extraclasse;
- Participar ativamente dos trabalhos em grupo;
- Zelar pelo seu bem estar e pelo bem estar dos demais.

7.9. Responsabilidades dos Líderes de Turma:

- Saber conviver e trocar idéias;
- Auxiliar sem preconceito;
- Dar exemplo com atitudes adequadas;
- Auxiliar os professores na resolução de possíveis dificuldades com a turma;
- Estimular o coleguismo e a participação.

7.10. Responsabilidades do Conselho de Classe:

- Avaliar o aluno integralmente, isto é, em relação às aquisições intelectuais, as atitudes, valores, habilidades sociais e psicomotoras;
- Avaliar permanentemente o processo educativo, visando a atingir os objetivos da educação;
- Estabelecer critérios para os trabalhos de avaliação e recuperação;
- Elaborar instrumentos de avaliação;
- Analisar especificamente as causas do baixo e alto rendimento do aluno e da classe, considerando-se os fatores ambientais, familiares e pedagógicos.

O Conselho de Classe torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto Político-Pedagógico.

8. AVALIAÇÃO

O ato de avaliar por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento definitivo “sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida”.

Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... fica o convite a todos nós.

É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo.

Cipriano Luckesi

Para tratar essa questão, é fundamental termos consciência sobre a finalidade real da avaliação. É necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação escolar é antes de tudo uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. A avaliação estará inserida no processo ensino e aprendizagem e resultará de várias atividades que serão realizadas com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Com esses dados em mãos, professores e alunos poderão refletir sobre o resultado atingido, tomando novas decisões sobre as formas eficazes de ensinar e aprender.

Será considerado instrumento de avaliação, qualquer recurso que o professor ou grupo de professores julgar importante. Caberá ao professor, sempre que necessário, buscar novas metodologias de ensino, tornando a aprendizagem mais significativa para o aluno, o que provavelmente resultará numa melhor aprendizagem.

Em nenhum momento a escola poderá prescindir de uma avaliação minuciosa e consistente. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados, ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte à ação educativa e garantirá a interação entre aluno e professor.

Uma avaliação de qualidade será aquela que medirá não apenas o aprendizado, mas o crescimento sócio-emocional do aluno.

De 1º ao 9º ano a avaliação do aproveitamento do aluno será contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, objetivando:

- Identificar progressos e dificuldades apresentadas pelo aluno no processo de alfabetização;
- Possibilitar ao professor a adoção de procedimentos adequados às características dos alunos e a revisão de conteúdos e atividades programadas.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito apresenta seu sistema de avaliação de registro dos resultados expressados através de notas.

Para efeito de aprovação o aluno deverá ter alcançado a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo.

Somente no 1º ano do Ensino Fundamental o registro e acompanhamento da aprendizagem serão feitos através de conceitos: A (alcançou totalmente os objetivos propostos), B (alcançou parcialmente os objetivos propostos) e C (não alcançou os objetivos).

O registro das avaliações será contínua, cumulativa transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar:

- **1º bimestre** – 20 pontos – Média: 12 pontos;
- **2º bimestre** – 25 pontos – Média: 15 pontos;
- **3º bimestre** – 25 pontos – Média: 15 pontos;
- **4º bimestre** – 30 pontos – Média: 18 pontos.

Os pais ou responsáveis, após o término de cada bimestre, concluída as atividades avaliativas, serão informados sobre o desempenho do aluno através de boletins onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista.

Com base na avaliação realizada ao final de cada ano letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos dentre as alternativas curriculares oferecidas, a que melhor se adequar às características de cada aluno após ter realizado o conselho de classe.

Caso o aluno não alcance os objetivos propostos em cada unidade e a pontuação inferior a média de cada bimestre, submeterá a estudos de recuperação programada dentro do calendário escolar enfocando aspectos de conteúdos de maior dificuldade.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

No início de cada ano letivo, se preciso, far-se-á a diagnose da aprendizagem, cujo resultado é para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade dos desenvolvimentos do programa.

A E.M. Corina Ferraz de Brito também participa das avaliações externas (Simave/Proeb, Prova Brasil, Pro-Alfa) oferecidas pelo Governo Estadual e Federal a fim de avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. A oportunidade é aproveitada pela escola através dos dados e informações obtidos, construindo um diagnóstico dos avanços e dificuldades.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico se torna indispensável no processo educacional, pois ao se constituir de forma democrática, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico e de todas as ações desenvolvidas no âmbito escolar: projetos, reuniões, processo avaliativo e outros.

Este projeto dá direção para todas as ações da escola, com o objetivo de levar em conta as políticas e estratégias da instituição, bem como participação da família. Para que o Projeto Político-Pedagógico entre em ação não é necessário convencer a equipe escolar, os professores e demais funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas

propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

A reflexão coletiva da escola é extremamente importante e necessária a fim de que exista um compromisso de todos a respeito dos princípios que vão orientar o trabalho escolar, considerado em sua especificidade, pois afinal este será o seguimento, o planejamento dentro da escola, que servirá para tornar as ações de trabalho mais adequadas e eficazes.

Pensar a educação é uma tarefa de compromisso para todos os educadores, é uma vontade, é um desejo difícil de se realizar. Precisamos assumir um comportamento diferenciado no sentido de trabalharmos a pluralidade cultural no mundo contemporâneo, reconhecendo que o universo cultural não é somente a materialidade, mas sim, a formação solidária e crítica, no sentido de transformação.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 06**, de 20 de outubro de 2010.

BRASIL. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA J. F. TOSCHI M. S. **Educação Escolar: Políticas Estrutura e Organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

ESCOLA MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PLANO CURRICULAR 2010

BASE NACIONAL COMUM LDB 9394/96	Áreas de conhecimento	6º ano do E.F.		7º ano do E.F.		8º ano do E.F.		9º ano do E.F.		Indicadores Fixo
		AS	C.H.A	AS	C.H.A	AS	C.H.A	AS	C.H.A	
	L. PORTUGUESA	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	Nº de dias letivos: 200 N.º de dias semanais: 05 N.º de semanas: 40 Duração do Recreio: 20' C.H.A. Anual: 900:00 horas Observação: As aulas de Educação Física acontecerão no período extra turno.
	MATEMÁTICA	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	
	CIÊNCIAS	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	GEOGRAFIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	HISTÓRIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	ARTE	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	ENSINO RELIGIOSO	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	INGLÊS	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	LITERATURA	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
TOTAL		27	900:00	27	900:00	27	900:00	27	900:00	

Legenda: AS – aula semanal / CHA – carga horária anual

Quênia Abréu Porto Silva
 Diretor(a)

Janine Lopes da Silva
 Inspetora Escolar
 Matr: 3.993 SME/PWA
 Inspetor(a) Escolar

Colegiado Escolar

ESCOLA MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PLANO CURRICULAR 2010

Área de conhecimento	C.H.A.	C.H.A.	C.H.A.	C.H.A.	C.H.A.
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	5.º Ano
L. Portuguesa	-	-	-	-	-
Matemática	-	-	-	-	-
Ciências	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-
História	-	-	-	-	-
Educação Física	-	-	-	-	-
Arte	-	-	-	-	-
Ensino Religioso	-	-	-	-	-
L. Estrangeira (Inglês)	-	-	-	-	-
Literatura	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Total					800:00

Legenda:
 CHA – Carga Horária Anual

INDICADORES FIXOS:
 Dias letivos anuais: 200
 Semanas letivas anuais: 40
 Carga Horária Anual: 800 hs
 Duração do recreio: 20 min

Janine Lopes da Silva
 Diretor(a) Escolar

Janine Lopes da Silva
 Inspectora Escolar
 Matr. 3.993 SNE/PMA

[Assinatura]
 Inspetor(a) Escolar

Colégio Escolar

Base Nacional Comum
 Lei 9394/96

Parte
 Diversificada

